

DECRETO Nº _____, DE ____ DE _____ DE 2017.

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação **lato sensu** no sistema federal de ensino.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º, incisos VI, VIII e IX, e 46, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e no Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO

Seção I

Das disposições gerais

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior – IES e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação **lato sensu**, nas modalidades presencial e a distância, no sistema federal de ensino.

§ 1º A regulação será realizada por meio de atos autorizativos do funcionamento de IES e de oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação **lato sensu** no sistema federal de ensino, a fim de promover a igualdade de condições de acesso, de garantir o padrão de qualidade de instituições e cursos e de estimular o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

§ 2º A supervisão será realizada mediante ações preventivas ou corretivas, visando ao cumprimento das normas gerais da educação superior, a fim de zelar pela regularidade e pela qualidade da oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação **lato sensu** e das instituições de educação superior que os ofertam.

§ 3º A avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com caráter formativo, constituirá referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

§ 4º As funções de supervisão e avaliação definidas no **caput** poderão ser exercidas em regime de cooperação com os demais sistemas de ensino.

§ 5º A oferta de educação superior a distância submete-se, ainda, ao Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Art. 2º Para fins deste Decreto, o sistema federal de ensino compreende as instituições federais de ensino superior – IFES, as IES criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior.

§ 1º As IES criadas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado sujeitam-se ao sistema federal de ensino.

§ 2º Sujeitam-se também ao sistema federal de ensino as instituições criadas pelo Poder Público estadual ou municipal e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado e, ainda, aquelas qualificadas como instituições comunitárias, nos termos da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013.

§ 3º As IES públicas criadas e mantidas pelos Estados, Distrito Federal ou Municípios são vinculadas ao respectivo sistema de ensino, sem prejuízo do credenciamento para oferta de cursos a distância pelo Ministério da Educação, nos termos dos arts. 17 e 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e da legislação específica.

§ 4º As IES criadas pelo Poder Público estadual ou municipal existentes na data da promulgação da Constituição Federal e que sejam mantidas e administradas por pessoa jurídica de direito público, ainda que não gratuitas, serão vinculadas ao respectivo sistema de ensino estadual.

Seção II

Das competências

Art. 3º As competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação no sistema federal de ensino serão exercidas pelo Ministério da Educação - MEC, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - Conaes, na forma deste Decreto.

Parágrafo único. As competências previstas neste Decreto serão exercidas sem prejuízo daquelas previstas na estrutura regimental do Ministério da Educação e do Inep, bem como nas demais normas aplicáveis.

Art. 4º Ao Ministro de Estado da Educação compete:

- I – homologar pareceres do CNE em pedidos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de instituições de educação superior;
- II – homologar pareceres e propostas de atos normativos aprovados pelo CNE;
- III - aprovar os instrumentos de avaliação elaborados pelo INEP;
- IV - homologar as deliberações da Conaes; e
- V - expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos.

§ 1º O Ministro de Estado da Educação poderá, motivadamente, restituir os processos de competência do CNE para reexame.

§ 2º Os atos homologatórios do Ministro de Estado da Educação são irrecorríveis na esfera administrativa.

Art. 5º Compete ao Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – Seres, nos termos do Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior no âmbito do sistema federal de ensino.

Art. 6º Compete ao CNE:

I - exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento do Ministro de Estado da Educação nos temas afetos à regulação e supervisão da educação superior, inclusive no tocante a casos omissos e dúvidas surgidas na aplicação das disposições contidas neste Decreto;

II - deliberar, por meio de sua Câmara de Educação Superior, sobre pedidos de credenciamento, recredenciamento, descredenciamento de IES e autorizações de cursos vinculadas a credenciamentos;

III - propor diretrizes e deliberar sobre a elaboração dos instrumentos de avaliação para credenciamento e recredenciamento de instituições elaborados pelo Inep;

IV - recomendar, por meio de sua Câmara de Educação Superior, providências da Seres, quando não satisfeito o padrão de qualidade para credenciamento e recredenciamento de universidades, centros universitários e faculdades;

V - deliberar, por meio de sua Câmara de Educação Superior, sobre a inclusão e a exclusão de denominação de curso do catálogo de cursos superiores de tecnologia;

VI - julgar recursos a ele dirigidos, por meio de sua Câmara de Educação Superior, nas hipóteses previstas neste Decreto; e

VII - analisar e propor questões relativas à aplicação da legislação da educação superior.

Parágrafo único. As decisões privativas da Câmara de Educação Superior, previstas no inciso II do **caput**, serão passíveis de recurso ao Conselho Pleno do CNE, na forma do art. 9º, § 2º, alínea “e”, da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e do seu regimento.

Art. 7º Compete ao Inep:

I - conceber, planejar, coordenar e operacionalizar ações voltadas à avaliação de IES e cursos de graduação e de escolas de governo;

II - conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar o Exame Nacional de Desempenho do Estudante - ENADE e exames e avaliações de estudantes ou egressos de cursos de graduação;

III - conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar indicadores referentes à educação superior decorrentes de exames e insumos provenientes de bases de dados oficiais, em consonância com as diretrizes propostas pelas Secretarias e órgãos competentes do MEC;

IV - elaborar e submeter à aprovação do Ministro de Estado da Educação os instrumentos de avaliação, em consonância com as diretrizes propostas pela Seres e órgãos competentes do MEC;

V - conceber, planejar, avaliar e atualizar os indicadores dos instrumentos de avaliação, em consonância com as diretrizes propostas pela Seres;

VI - conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar as diretrizes, a constituição e a manutenção de bancos de avaliadores e colaboradores especializados, incluindo a designação das comissões de avaliação; e

VII – presidir a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA e planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar as ações necessárias à consecução de suas finalidades.

Art. 8º Compete à Conaes:

- I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior; e
- V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o ENADE.

CAPÍTULO II

DA REGULAÇÃO

Seção I

Dos atos autorizativos

Art. 9º A educação superior é livre à iniciativa privada, observadas as normas gerais da educação nacional e mediante autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 10. O funcionamento de IES e a oferta de curso superior dependem de ato autorizativo do Ministério da Educação, nos termos deste Decreto.

§ 1º São atos autorizativos os atos administrativos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como suas modificações.

§ 2º Os atos autorizativos fixam os limites da atuação dos agentes públicos e privados em matéria de educação superior.

§ 3º Os atos autorizativos fixam os seus próprios prazos de validade, contados a partir da publicação, e devem ser renovados periodicamente, inclusive por meio de processo simplificado, de acordo com os resultados da avaliação e conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Art. 11. O Ministério da Educação definirá calendário anual de abertura do protocolo de ingresso e conclusão de processos regulatórios em sistema próprio, para fins de expedição dos atos autorizativos e suas modificações.

§ 1º O protocolo de pedido de credenciamento de IES, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso superior antes do vencimento do ato anterior prorroga a validade do ato autorizativo até a publicação de portaria e conclusão do processo.

§ 2º Os processos regulatórios que tenham sido arquivados por iniciativa das IES implicam renúncia à sua análise e não poderão ser desarquivados.

§ 3º Nos casos de decisão final desfavorável ou de arquivamento do processo, o interessado poderá protocolar nova solicitação relativa ao mesmo pedido, observado o calendário previsto no **caput**.

§ 4º O calendário de que trata o **caput** abrangerá as atividades relativas à tramitação dos processos na Seres, no Inep, no CNE e no Gabinete do Ministro de Estado da Educação.

Art. 12. As modificações do ato autorizativo serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Os seguintes aditamentos dependem de ato prévio a ser expedido pela Seres:

I – aumento de vagas em cursos de graduação ofertados por faculdades;

II - aumento de vagas em cursos de graduação nos cursos mencionados no **art. 42 deste Decreto** ofertados por centros universitários e universidades;

III – extinção voluntária de cursos ofertados por IES sem autonomia;

IV – descredenciamento voluntário de IES ou da oferta em uma das modalidades;

V – unificação de mantidas de uma mesma mantenedora; e

VI – credenciamento de **campus** fora de sede.

§ 2º Os demais aditamentos serão realizados por atos próprios das IES e devem ser informados à Seres em até sessenta dias, para fins de atualização cadastral, observada a legislação específica.

§ 3º A ampliação da abrangência original do ato autorizativo, resguardada a autonomia universitária, condiciona-se à comprovação da qualidade da oferta em relação às atividades já autorizadas.

§ 4º O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado para aumento de vagas, de acordo com os resultados da avaliação.

§ 5º As instituições de educação superior poderão remanejar parte das vagas entre cursos presenciais de mesma denominação ofertados no mesmo município, devendo informar à Seres o remanejamento realizado, no prazo de sessenta dias, para fins de atualização cadastral, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Art. 13. Os pedidos de ato autorizativo serão decididos com base em conceitos atribuídos ao conjunto e a cada uma das dimensões do SINAES avaliadas no relatório de avaliação externa **in loco**, considerando as avaliações dos processos vinculados, demais procedimentos e instrumentos de avaliação, e o conjunto de elementos de instrução apresentados pelas entidades interessadas no processo ou solicitados pela Secretaria competente em sua atividade instrutória.

Art. 14. As instituições federais de ensino superior – IFES criadas por lei têm dispensada a edição de ato autorizativo prévio pelo MEC para funcionamento e oferta de cursos, nos termos de sua lei de criação e da legislação vigente.

Parágrafo único. As instituições citadas no **caput** deverão protocolar o primeiro pedido de recredenciamento no prazo de cinco anos, contado do início da oferta do primeiro curso de graduação.

Seção II

Das organizações acadêmicas

Art. 15. As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas para oferta de cursos superiores de graduação como:

- I - faculdades;
- II - centros universitários; e
- III - universidades.

§ 1º As instituições privadas serão credenciadas originalmente como faculdades.

§ 2º A alteração de organização acadêmica será realizada em processo de credenciamento por instituição de educação superior já credenciada.

§ 3º A organização acadêmica das instituições federais de ensino superior é definida em sua lei de criação.

§ 4º As instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são equiparadas às universidades federais para efeito de regulação, supervisão e avaliação, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Art. 16. As instituições de educação superior privadas poderão solicitar credenciamento como centro universitário, desde que atendam, além dos requisitos gerais, aos seguintes requisitos:

- I – um quinto do corpo docente contratado em regime de tempo integral;
- II – um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III – mínimo de oito cursos de graduação reconhecidos e com conceito satisfatório obtido na avaliação externa **in loco**;
- IV – programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;
- V – programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, podendo também oferecer programas de iniciação profissional ou tecnológica, e de iniciação à docência;
- VI – Conceito Institucional – CI maior ou igual a quatro na avaliação externa **in loco** prevista no §2º do artigo 3º da Lei nº 10.861, de 2004; e
- VII – não ter sido penalizada em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, a contar da publicação do ato que penalizou a IES.

Art. 17. As instituições de educação superior privadas poderão solicitar credenciamento como universidade, desde que atendam, além dos requisitos gerais, aos seguintes requisitos:

- I - um terço do corpo docente contratado em regime de tempo integral;
- II - um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III - mínimo de sessenta por cento dos cursos de graduação reconhecidos com conceito satisfatório obtido na avaliação externa **in loco** ou em processo de reconhecimento devidamente protocolado no prazo regular;
- IV - programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;
- V - programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, podendo também oferecer programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;

VI - Conceito Institucional – CI maior ou igual a quatro na avaliação externa **in loco** prevista no §2º do artigo 3º da Lei nº 10.861, de 2004;

VII - oferta regular de quatro cursos de mestrado e dois cursos de doutorado reconhecidos pelo MEC;
e

VIII - não ter sido penalizada em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, a contar da publicação do ato que penalizou a IES.

Seção III

Do credenciamento institucional

Art. 18. O início do funcionamento de uma instituição de educação superior privada é condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação.

§ 1º O ato de credenciamento de instituições de educação superior deve ser acompanhado do ato de autorização para a oferta de pelo menos um curso superior de graduação.

§ 2º É permitido o credenciamento de instituição de educação superior exclusivamente para oferta de cursos na modalidade presencial ou para a modalidade a distância, bem como para ambas as modalidades.

Art. 19. O ato de credenciamento terá prazo máximo de seis anos para faculdades, nove anos para centros universitários e de doze anos para universidades e instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação. [Depende de revogação do art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, prevista em proposta de Medida Provisória que está em tramitação junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sob o número de processo SEI 03300.000369/2017-82]

Art. 20. A instituição deverá protocolar pedido de credenciamento junto à Seres, observado calendário definido pelo Ministério da Educação.

§1º O processo de credenciamento será instruído com análise documental, avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep, parecer da Seres e parecer do CNE, a ser homologado pelo Ministro de Estado da Educação.

§2º O pedido de credenciamento tramitará em conjunto com pedido de autorização de no máximo cinco cursos superiores.

§ 3º O quantitativo estabelecido no parágrafo anterior não se aplica aos cursos de licenciatura.

§ 4º A avaliação externa **in loco** institucional e dos cursos será realizada por comissão única de avaliadores.

§ 4º A Seres poderá realizar as diligências necessárias à completa instrução do processo.

Art. 21. O pedido de credenciamento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - da mantenedora:

- a) atos constitutivos, devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;
- c) certidões de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal;
- d) certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- e) demonstração de patrimônio suficiente para assegurar a sustentabilidade financeira da instituição mantida, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação;
- f) demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes, considerando sua natureza jurídica;
- g) termo de responsabilidade assinado pelo representante legal da mantenedora atestando a veracidade e a regularidade das informações prestadas, bem como a capacidade financeira da entidade;

II - da instituição de educação superior:

- a) comprovante de recolhimento das taxas de avaliação externa **in loco**, previstas na Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004;
- b) plano de desenvolvimento institucional – PDI;
- c) regimento ou estatuto;
- d) identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e profissional de cada um; e
- e) comprovante de disponibilidade e regularidade do imóvel.

§1º Os documentos previstos no inciso I, alíneas “e” e “f”, poderão ser substituídos por parecer de auditoria independente que demonstre condição suficiente para assegurar a sustentabilidade financeira da instituição mantida.

§2º Aplicam-se às instituições federais de ensino superior e às escolas de governo federais o previsto no inciso I, alíneas “a”, “b” e “g”, e no inciso II, alíneas “b”, “c” e “d”.

§3º Aplicam-se às escolas de governo dos sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal que solicitarem credenciamento para oferta de pós-graduação **lato sensu** a distância o previsto no inciso I, alíneas “a”, “b” e “g”, e no inciso II, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”.

§4º A comprovação da regularidade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, assim como da regularidade perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS poderão ser verificadas pela Seres nas bases de dados do Governo Federal, devendo as mantenedoras estar devidamente regulares para fins de credenciamento ou de credenciamento.

§ 5º A Seres poderá requisitar à mantenedora a apresentação de balanço patrimonial em plano de contas a ser definido conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Art. 22. Observada a organização acadêmica da instituição, o plano de desenvolvimento institucional - PDI deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição, contendo, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando as modalidades de oferta, a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura de **campus** fora de sede e polos de educação a distância;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e **campus** para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V - oferta de cursos e programas de pós-graduação **lato** e **stricto sensu**, quando for o caso;

VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica, os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho, os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e a incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mundo do trabalho.

VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão, identificando as formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos estudantes, ações de transparência e divulgação de informações da instituição e eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrando a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII – projeto de acervo acadêmico em meio digital, utilizando-se método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

XIX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluindo livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

c) com relação à acessibilidade: plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes;

d) com relação à segurança: o atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI - oferta de educação a distância, especificando:

a) sua abrangência geográfica;

b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;

c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;

d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e

e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

Parágrafo único. O PDI deverá contemplar as formas previstas para o atendimento ao descrito nos arts. 16 e 17, no tocante às políticas ou programas de extensão, de iniciação científica, tecnológica e de docência institucionalizados, conforme a organização acadêmica pleiteada pela instituição.

Art. 23. Após parecer final da Seres, o processo de credenciamento será encaminhado à Câmara de Educação Superior do CNE, que poderá:

I - quanto às modalidades de oferta:

a - deferir o pedido de credenciamento para ambas as modalidades solicitadas;

b - deferir o pedido de credenciamento somente para uma das modalidades solicitadas;

c - indeferir o pedido de credenciamento.

II - quanto aos cursos:

a - deferir o pedido de credenciamento e todos os pedidos de autorização de cursos vinculados;

b - deferir o pedido de credenciamento e parte dos pedidos de autorização de cursos vinculados; ou

c - indeferir o pedido de credenciamento.

Parágrafo único. O processo será encaminhado ao Ministro de Estado da Educação para homologação do parecer do CNE e publicação dos atos autorizativos de credenciamento.

Art. 24. O Ministério da Educação poderá estabelecer procedimentos específicos para o credenciamento de instituições de educação superior privadas e autorização para a oferta de curso de Medicina, nos termos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Art. 25. O Ministério da Educação poderá estabelecer processo de credenciamento prévio para instituições vinculadas cujas mantenedoras possuam todas as suas mantidas já recredenciadas com Conceito Institucional – CI maior ou igual a quatro obtido nos últimos cinco anos e que não tenham sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, a contar da publicação do ato que penalizou a IES, conforme documentos e critérios adicionais a serem estabelecidos em regulamento.

§ 1º O credenciamento prévio de que trata o **caput** será acompanhado da autorização de até cinco cursos de graduação, sendo que tais cursos devem ser ofertados por pelo menos uma das mantidas já

recredenciadas com Conceito Institucional – CI maior ou igual a quatro obtido nos últimos cinco anos e já devem ser reconhecidos com Conceito de Curso – CC maior ou igual a quatro obtido nos últimos cinco anos.

§ 2º Caso as condições verificadas após a avaliação externa **in loco** para credenciamento definitivo da instituição não sejam suficientes, o credenciamento será indeferido e a mantenedora ficará impedida de protocolar novos processos de credenciamento pelo prazo de dois anos, a contar da publicação da decisão da Seres.

§ 3º Aplica-se o disposto no **caput** aos pedidos de credenciamento de **campus** fora de sede por universidades e centros universitários.

Seção IV

Do credenciamento institucional

Art. 26. A instituição deverá protocolar pedido de credenciamento junto à Seres, observando calendário definido pelo Ministério da Educação e dentro do prazo fixado no ato autorizativo institucional vigente.

§ 1º O pedido de credenciamento em nova modalidade e a alteração de organização acadêmica por instituição de educação superior já credenciada serão realizados em processo de credenciamento.

§ 2º O processo de credenciamento deverá considerar todos os aditamentos realizados ao ato original de credenciamento e as diversas modalidades de oferta da instituição, quando couber.

§ 3º O processo de credenciamento observará, no que couber, as disposições processuais e os requisitos exigidos nos pedidos de credenciamento.

§ 4º Os documentos a serem apresentados no processo de credenciamento deverão destacar as alterações ocorridas após o credenciamento ou o último credenciamento.

§ 5º A não comprovação da regularidade perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS ensejará o sobrestamento dos processos regulatórios em trâmite e a instauração de processo administrativo de supervisão, nos termos do Capítulo III deste Decreto.

Art. 27. A ausência de protocolo do pedido de credenciamento no prazo devido caracterizará irregularidade administrativa, ficando a instituição impedida de solicitar aumento de vagas em cursos de graduação, de admitir novos estudantes, de criar novos cursos e polos de educação a distância, quando for o caso, e sujeita a processo administrativo de supervisão, nos termos do Capítulo III deste Decreto.

Parágrafo único. A Seres poderá analisar pedido de credenciamento protocolado após o vencimento do ato autorizativo anterior e suspender as medidas previstas no **caput**, caso a instituição possua pelo menos um curso de graduação com oferta efetiva de aulas nos últimos dois anos, sem prejuízo das penalidades previstas neste Decreto.

Art. 28. As faculdades com Conceito Institucional – CI máximo nas duas últimas avaliações, que ofertem pelo menos um curso de pós-graduação **stricto sensu** reconhecido pelo MEC e que não tenham sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, a contar da publicação do ato que a penalizou, poderão receber a prerrogativa de registrar seus próprios diplomas de graduação, nos termos de seu ato de credenciamento, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. As faculdades citadas no **caput** perderão a prerrogativa de registrar seus próprios diplomas de graduação caso venham a obter conceito inferior em avaliação institucional subsequente, caso o curso de pós-graduação **stricto sensu** deixe de ser reconhecido pelo MEC ou caso venham a ser penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão.

Art. 29. O credenciamento como universidade ou centro universitário depende da manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para o credenciamento na respectiva organização acadêmica.

§ 1º O não cumprimento dos requisitos necessários para o credenciamento ensejará a celebração de protocolo de compromisso e eventual determinação de medida cautelar de suspensão das prerrogativas de autonomia.

§ 2º A decisão do processo de credenciamento poderá resultar na alteração da organização acadêmica que consta do pedido da instituição, de acordo com o cumprimento dos requisitos correspondentes.

Seção V

Da oferta de pós-graduação

Art. 30. As instituições de educação superior credenciadas para oferta de cursos de graduação podem oferecer cursos de pós-graduação **lato sensu** na modalidade em que são credenciadas, nos termos da legislação específica.

§ 1º As instituições que ofertam exclusivamente cursos ou programas de pós-graduação **stricto sensu** reconhecidos pelo MEC podem oferecer cursos de pós-graduação **lato sensu** nas modalidades presencial e a distância, nos termos da legislação específica.

§ 2º A oferta de pós-graduação **lato sensu** está condicionada ao funcionamento regular de pelo menos um curso de graduação ou de pós-graduação **stricto sensu**, nos termos da Seção XII deste Capítulo.

§ 3º Os cursos de pós-graduação **lato sensu**, nos termos deste Decreto, independem de autorização do Ministério da Educação para funcionamento, devendo a instituição informar à Seres os cursos criados por atos próprios, no prazo de sessenta dias a contar do ato de criação do curso.

Art. 31. As escolas de governo do sistema federal, regidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, devem solicitar credenciamento ao Ministério da Educação para oferta de cursos de pós-

graduação **lato sensu**, nas modalidades presencial e a distância, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. As escolas de governo dos sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal devem solicitar credenciamento ao Ministério da Educação para oferta de cursos de pós-graduação **lato sensu** na modalidade à distância, nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e da legislação específica.

Seção VI

Do campus fora de sede

Art. 32. As universidades e os centros universitários poderão solicitar credenciamento de **campus** fora de sede em município diverso da abrangência geográfica do ato de credenciamento em vigor, desde que no mesmo Estado da sede da IES.

§ 1º As instituições de que trata o **caput** poderão solicitar credenciamento de **campus** fora de sede desde que atendam aos requisitos dispostos nos arts. 16 e 17 e que possuam Conceito Institucional – CI maior ou igual a quatro na unidade fora de sede a ser credenciada e na última avaliação externa **in loco** na sede.

§ 2º O pedido de credenciamento de **campus** fora de sede será processado como aditamento ao ato de credenciamento, aplicando-se, no que couber, as disposições processuais que o regem.

§ 3º O pedido de credenciamento de **campus** fora de sede deve ser acompanhado do ato de autorização para a oferta de até cinco cursos superiores de graduação.

§ 4º O quantitativo estabelecido no parágrafo anterior não se aplica aos cursos de licenciatura.

§ 5º A Seres, ouvida a Secretaria de Educação Superior - Sesu, poderá instituir processo simplificado para credenciamento de **campus** fora de sede de instituições federais de ensino superior, bem como para extensão das prerrogativas de autonomia, processos de autorização de cursos e aumento de vagas em cursos a serem ofertados fora de sede.

Art. 33. O **campus** fora de sede integrará o conjunto da instituição.

§ 1º Os **campi** fora de sede das universidades poderão gozar de prerrogativas de autonomia desde que observados os incisos I e II do art. 16 deste Decreto no **campus** fora de sede.

§ 2º Os **campi** fora de sede dos centros universitários não gozarão de prerrogativas de autonomia.

Art. 34. É vedada a oferta de curso presencial em unidade fora da sede sem o prévio credenciamento do **campus** fora de sede e autorização específica do curso.

Art. 35. Os centros universitários e as universidades poderão solicitar a transformação de faculdades em **campus** fora de sede por meio de processo de unificação de mantidas, observados os mesmos

requisitos estabelecidos para a alteração de organização acadêmica, desde que as instituições pertençam à mesma mantenedora e estejam sediadas no mesmo Estado.

Seção VII

Da transferência de manutenção

Art. 36. A alteração da manutenção de instituição de educação superior deverá ser comunicada ao Ministério da Educação no prazo de sessenta dias a contar da assinatura do instrumento jurídico que dá base à transferência.

Parágrafo único. A comunicação ao Ministério da Educação deverá conter os instrumentos jurídicos que dão base à transferência de manutenção, devidamente averbados pelos órgãos competentes, bem como termo de responsabilidade assinado pelos representantes legais das mantenedoras adquirente e cedente.

Art. 37. Após a efetivação da alteração de manutenção, as novas condições de oferta da instituição serão analisadas no processo de credenciamento institucional.

§ 1º Caso a mantenedora adquirente já possua instituição de educação superior mantida regularmente credenciada pelo Ministério da Educação, o credenciamento se dará no período previsto no ato autorizativo vigente da instituição transferida quando da transferência de manutenção.

§ 2º Caso a mantenedora adquirente não possua instituição de educação superior mantida regularmente credenciada pelo Ministério da Educação, a instituição deverá protocolar pedido de credenciamento no prazo de um ano após a efetivação da transferência de manutenção.

Art. 38. A alteração de manutenção deverá preservar os interesses dos estudantes e da comunidade acadêmica e ser informada imediatamente ao público, em local de fácil acesso e em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de educação superior.

Art. 39. São vedadas:

I - a transferência de cursos entre instituições de educação superior;

II - a divisão de mantidas;

III - a unificação de mantidas de mantenedoras distintas;

IV - a divisão de cursos de uma mesma mantida; e

V - a transferência de manutenção de IES que esteja em processo de credenciamento voluntário ou decorrente de procedimento sancionador, ou em relação a qual seja constatada a ausência de oferta efetiva de aulas por prazo superior a vinte e quatro meses.

Parágrafo único. As hipóteses previstas no **caput** caracterizarão irregularidade administrativa, nos termos do Capítulo III deste Decreto.

Seção VIII

Da autorização de cursos

Art. 40. A oferta de cursos de graduação em faculdades, nos termos deste Decreto, depende de autorização prévia do Ministério da Educação.

Art. 41. As universidades e centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto no **art. 42 deste Decreto**, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Seres os cursos criados por atos próprios para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias a contar do ato de criação do curso.

§ 1º Aplica-se o disposto no **caput** a aumento e redução de vagas em cursos já existentes e outras modificações das condições constantes do seu ato de criação.

§ 2º As instituições de que trata o **caput**, ao solicitar credenciamento para nova modalidade, têm dispensado o pedido de autorização de curso, observado o disposto no **art. 42 deste Decreto**.

§ 3º As instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica somente poderão ofertar cursos de bacharelado nas áreas em que ofereçam cursos técnicos de nível médio, assegurada a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.

Art. 42. A oferta de cursos de graduação em Direito e Medicina, inclusive em universidades e centros universitários, depende de autorização do Ministério da Educação.

§ 1º Nos processos de autorização de cursos de graduação em Direito de que trata o **caput**, será solicitada manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do art. 54, inciso XV, da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994.

§ 2º Nos processos de autorização de cursos de Medicina serão observadas as disposições da Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013.

§ 3º A manifestação prevista no §1º terá caráter opinativo e se dará em até trinta dias improrrogáveis, a contar da solicitação do Ministério da Educação.

§ 4º O aumento de vagas em cursos de graduação de que trata o **caput**, inclusive em universidades e centros universitários, depende de ato autorizativo do Ministério da Educação.

§ 5º O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado para autorização de cursos e aumento de vagas para as instituições federais de ensino superior, nos cursos referidos no **caput**.

Art. 43. O processo de autorização será instruído com análise documental, avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep e decisão da Seres.

§ 1º A avaliação externa **in loco** poderá ser dispensada, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

§ 2º A avaliação externa **in loco** de grupos de cursos, de cursos do mesmo eixo tecnológico ou área de conhecimento deverá ser realizada por comissão única de avaliadores, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

§ 3º Os processos relativos a cursos experimentais e a cursos superiores de tecnologia considerarão suas especificidades, inclusive no que se refere à avaliação externa **in loco** e à análise documental.

Art. 44. O pedido de autorização de curso deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - comprovante de recolhimento da taxa de avaliação externa **in loco**;

II - projeto pedagógico do curso, informando número de vagas, turnos, carga horária, programa do curso, metodologias, tecnologias e materiais didáticos, recursos tecnológicos e demais elementos acadêmicos pertinentes, incluindo a consonância da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de educação a distância ao curso, quando for o caso;

III - relação de docentes e de tutores, quando for o caso, acompanhada de termo de compromisso firmado com a instituição, informando-se a respectiva titulação, carga horária e regime de trabalho; e

IV - comprovante de disponibilidade do imóvel.

Parágrafo único. A Seres poderá solicitar documentos adicionais para garantir a adequada instrução do processo.

Art. 45. A Seres procederá à análise dos documentos sob os aspectos da regularidade formal e do mérito do pedido e ao final poderá:

I - deferir o pedido de autorização de curso;

II - deferir o pedido de autorização de curso com redução de vagas;

III - deferir o pedido de autorização de curso, em caráter experimental, nos termos do art. 81 da Lei nº 9.394, de 1996; ou

IV - indeferir o pedido de autorização de curso.

§ 1º Da decisão do Secretário caberá recurso, no prazo de trinta dias, à Câmara de Educação Superior do CNE.

§ 2º A decisão da Câmara de Educação Superior será submetida à homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Seção IX

Do reconhecimento e da renovação de reconhecimento de cursos

Art. 46. O reconhecimento de curso é condição necessária, juntamente com o registro, para a validade nacional dos diplomas.

§ 1º O reconhecimento de curso presencial na sede não se estende às unidades fora de sede, para registro do diploma ou qualquer outro fim.

§ 2º O reconhecimento de curso presencial em um município se estende às unidades educacionais no mesmo município, para registro do diploma ou qualquer outro fim, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não dispensa a necessidade de avaliação **in loco** em todas as unidades educacionais que se configurem local de oferta do curso.

§ 4º O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos das instituições federais de ensino superior.

Art. 47. A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento de curso no período compreendido entre metade do prazo previsto para integralização de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo, observado calendário definido pelo Ministério da Educação.

Art. 48. A instituição deverá protocolar pedido de renovação de reconhecimento de curso no período e na forma estabelecidos em calendário e regulamento a serem expedidos pelo Ministério da Educação.

Art. 49. A ausência de protocolo do pedido de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso no prazo devido caracterizará irregularidade administrativa, ficando a instituição impedida de solicitar aumento de vagas e de admitir novos estudantes no curso e sujeita a processo administrativo de supervisão, nos termos do Capítulo III deste Decreto.

Parágrafo único. A Seres poderá analisar pedido de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso protocolado após o vencimento do ato autorizativo anterior e suspender as medidas previstas no **caput**, caso o curso de graduação possua oferta efetiva de aulas nos últimos dois anos, sem prejuízo das penalidades previstas neste Decreto.

Art. 50. Os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso serão instruídos com análise documental, avaliação externa **in loco** a ser realizada pelo Inep e decisão da Seres.

§ 1º A avaliação externa **in loco** poderá ser dispensada para os processos de renovação de reconhecimento de cursos, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

§ 2º A avaliação externa **in loco** de grupos de cursos, de cursos do mesmo eixo tecnológico ou área de conhecimento deverá ser realizada por comissão única de avaliadores, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Art. 51. Os pedidos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos deverão ser instruídos com os documentos elencados **no art. 44 deste Decreto**.

Art. 52. Nos processos de reconhecimento de cursos de graduação em Direito será solicitada manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do art. 54, inciso XV, da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994.

Parágrafo único. A manifestação prevista no **caput** terá caráter opinativo e se dará em até trinta dias improrrogáveis, a contar da solicitação do Ministério da Educação.

Art. 53. A Seres procederá à análise dos documentos sob os aspectos da regularidade formal e do mérito do pedido, e ao final poderá:

I – deferir o pedido de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso;

II – sugerir protocolo de compromisso com vistas à superação das fragilidades detectadas na avaliação, nos termos da Seção X deste capítulo;

III – reconhecer ou renovar o reconhecimento de curso para fins de expedição e registro dos diplomas dos estudantes já matriculados.

Seção X

Do protocolo de compromisso

Art. 54. A obtenção de conceitos insatisfatórios no conjunto ou em cada uma das dimensões do relatório de avaliação externa **in loco**, considerando também os procedimentos e instrumentos diversificados de avaliação do SINAES, ensejará a celebração de protocolo de compromisso dentro dos processos de credenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Art. 55. A partir do diagnóstico objetivo das condições da instituição ou do curso, a Seres irá indicar a celebração de protocolo de compromisso, a ser apresentado pela IES, contendo:

I - os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados com vistas à superação das fragilidades detectadas;

II - a indicação expressa de metas a serem cumpridas;

III - o prazo, de até doze meses, para o seu cumprimento; e

IV - a criação de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso pela IES.

§ 1º Na vigência de protocolo de compromisso, poderá ser aplicada medida cautelar, nos termos deste Decreto, desde que necessária para evitar prejuízo aos estudantes.

§ 2º O protocolo de compromisso firmado com universidades federais ou instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica será acompanhado pela Sesu ou pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec do Ministério da Educação, respectivamente.

Art. 56. Finalizado o prazo de cumprimento do protocolo de compromisso, a instituição será submetida a avaliação externa **in loco** pelo Inep, para verificação do seu cumprimento e da superação das fragilidades detectadas.

Parágrafo único. Fica vedada a celebração de novo protocolo de compromisso no âmbito do mesmo processo.

Art. 57. O não cumprimento do protocolo de compromisso ensejará a instauração de procedimento sancionador, nos termos do Capítulo III deste Decreto, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. A não apresentação do protocolo de compromisso no prazo estipulado pela Seres será considerada não cumprimento do referido protocolo e resultará no sobrestamento do processo de regulação e na abertura de procedimento sancionador, nos termos do Capítulo III deste Decreto.

Seção XI

Do encerramento da oferta de cursos e descredenciamento de instituições

Art. 58. O encerramento da oferta de cursos ou o descredenciamento de IES, a pedido da instituição ou decorrentes de procedimento sancionador, obriga a mantenedora à:

I - vedação de ingresso de novos alunos;

II - entrega de registros e documentos acadêmicos aos estudantes;

III - oferta final de disciplinas e transferência de estudantes, quando for o caso.

§ 1º O encerramento da oferta de curso ou o descredenciamento voluntários, da IES ou da oferta em uma das modalidades, deverão ser informados à Seres pela IES, na forma disposta em regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

§ 2º O não atendimento às obrigações previstas neste artigo poderá ensejar a instauração de procedimento sancionador, nos termos deste Decreto.

§ 3º Nas situações previstas no **caput**, o Ministério da Educação poderá realizar chamada pública para transferência assistida de estudantes regulares, conforme regulamento a ser expedido.

Art. 59. Após o descredenciamento da instituição ou o encerramento da oferta de cursos, permanece com a mantenedora a responsabilidade de guarda e gestão do acervo acadêmico.

§ 1º O representante legal da mantenedora responderá, nos termos da legislação civil e penal, pela guarda do acervo acadêmico da instituição, inclusive nos casos de negligência ou de sua utilização fraudulenta.

§ 2º A guarda e a manutenção do acervo acadêmico podem ser transferidas a outra instituição de educação superior devidamente credenciada, mediante termo de transferência e aceite por parte da instituição de educação superior receptora, na pessoa de seu representante legal, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

§ 3º A instituição de educação superior receptora, na pessoa de seu representante legal, será integralmente responsável pela totalidade dos documentos e registros acadêmicos de todos os estudantes e cursos recebidos de outra IES.

§ 4º Nos casos de comprovada impossibilidade de guarda e de manutenção do acervo pelos representantes legais da mantenedora de IES descredenciada, o MEC poderá editar ato transferindo o acervo a instituições federais de ensino superior da mesma unidade federativa na qual funcionava a IES descredenciada, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Seção XII

Da validade dos atos

Art. 60. O funcionamento regular de instituição de educação superior depende da oferta efetiva e regular de aulas de pelo menos um curso de graduação, nos termos de seu ato autorizativo.

Art. 61. A ausência ou a interrupção da oferta efetiva de aulas, por prazo superior a vinte e quatro meses, ensejará a abertura de processo administrativo de supervisão, que poderá resultar na cassação imediata do ato autorizativo do curso, nos termos do Capítulo III deste Decreto.

§ 1º A ausência ou a interrupção da oferta efetiva de aulas previstas no **caput** são configuradas pela não abertura de processo seletivo para admissão de estudantes e pela ausência de alunos matriculados.

§ 2º Considera-se início de funcionamento do curso, para efeito do prazo referido no **caput**, a oferta efetiva de aulas.

§ 3º Nos casos de cassação do ato autorizativo previstos no **caput**, os interessados poderão apresentar nova solicitação relativa ao mesmo pedido, observado calendário definido pelo Ministério da Educação.

Art. 62. A ausência da oferta efetiva de aulas de todos os cursos de graduação de uma instituição de educação superior, por prazo superior a vinte e quatro meses, contado da data de publicação do ato autorizativo, ensejará a abertura de processo administrativo de supervisão, que poderá resultar na cassação imediata do ato autorizativo institucional e dos cursos, nos termos do Capítulo III deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO

Seção I

Das fases do processo administrativo de supervisão

Art. 63. O processo administrativo de supervisão instaurado para apuração de deficiências ou irregularidades poderá ser constituído das seguintes fases:

- I – procedimento preparatório de supervisão;
- II – procedimento saneador;
- III – procedimento sancionador.

§ 1º Em qualquer fase da condução do processo administrativo de supervisão, poderá ser determinada a apresentação de documentos complementares, a realização de verificação ou auditoria, inclusive **in loco** e sem prévia notificação da instituição.

§ 2º As verificações e auditorias de que trata o parágrafo anterior serão realizadas por comissão de supervisão, que poderá requisitar à instituição e à sua mantenedora quaisquer documentos necessários para a elucidação dos fatos.

§ 3º As ações de supervisão poderão ser exercidas em articulação com os conselhos de profissões regulamentadas.

Art. 64. A Seres poderá determinar, em caso de risco iminente ou ameaça ao interesse público e dos estudantes, motivadamente, sem a prévia notificação ao interessado, entre outras, as seguintes medidas cautelares:

- I – suspensão de novos ingressos;
- II- suspensão da oferta de cursos de graduação ou de pós-graduação **lato sensu**;
- III – suspensão de prerrogativas de autonomia da IES;
- IV – suspensão da prerrogativa de criação de novos polos de educação a distância pela IES;
- V – sobrestamento de processos regulatórios que a IES ou as demais mantidas da mesma mantenedora tenham protocolado;
- VI – impedimento de protocolização de novos processos regulatórios pela IES ou pelas demais mantidas da mesma mantenedora;
- VII – suspensão da possibilidade de celebrar novos contratos de Financiamento Estudantil – Fies pela IES;
- VIII – suspensão da possibilidade de participação em processo seletivo para a oferta de bolsas do Programa Universidade Para Todos – Prouni pela IES;
- IX - suspensão ou restrição da possibilidade de participação em outros programas federais de acesso ao ensino pela IES.

§ 1º As medidas previstas neste artigo serão formalizadas em ato do Secretário que indique o seu prazo e alcance.

§ 2º Da decisão do Secretário caberá recurso, no prazo de trinta dias, à Câmara de Educação Superior do CNE, sem efeito suspensivo.

§ 3º A decisão da Câmara de Educação Superior será submetida à homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 65. Os atos de supervisão buscarão resguardar o interesse público e dos estudantes.

Seção II

Do procedimento preparatório de supervisão

Art. 66. O Ministério da Educação, por meio da Seres, cientificado de eventual deficiência ou irregularidade na oferta de educação superior, instaurará de ofício ou mediante representação procedimento preparatório de supervisão.

Art. 67. Estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo, por meio dos respectivos órgãos representativos, entidades educacionais ou organizações da sociedade civil, além dos órgãos de defesa dos direitos do cidadão, poderão representar à Seres, quando verificarem deficiências ou irregularidades no funcionamento de instituição ou curso de graduação e pós-graduação **lato sensu**.

§ 1º A representação deverá conter a qualificação do representante, a descrição clara e precisa dos fatos a serem apurados e a documentação probatória pertinente, bem como os demais elementos relevantes para o esclarecimento do seu objeto.

§ 2º Na hipótese de representação contra instituição federal de educação superior, deverá ser solicitada manifestação da Sesu ou da Setec, conforme o caso.

§ 3º As representações cujo objeto seja alheio às competências do Ministério da Educação e aquelas julgadas improcedentes serão arquivadas, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Art. 68. A Seres dará ciência da abertura do procedimento preparatório à instituição, que poderá se manifestar, no prazo de trinta dias, mediante a apresentação de documentação comprobatória, pela insubsistência da irregularidade ou deficiência ou requerer a concessão de prazo para saneamento.

Art. 69. Após análise, a Seres poderá:

I - instaurar procedimento saneador;

II - instaurar procedimento sancionador; ou

III - arquivar o procedimento preparatório de supervisão, caso não confirmadas as deficiências ou irregularidades.

Seção III

Do procedimento saneador

Art. 70. O Ministério da Educação, por meio da Seres, poderá, de ofício ou a pedido da instituição, nos casos de identificação de deficiências ou de irregularidades passíveis de saneamento, determinar providências saneadoras, em prazo não superior a doze meses.

§ 1º A instituição poderá impugnar, em quinze dias, as medidas determinadas ou o prazo fixado.

§ 2º A Seres apreciará a impugnação e decidirá pela manutenção ou adaptação das providências e do prazo, não cabendo novo recurso dessa decisão.

Art. 71. A instituição deverá comprovar o efetivo cumprimento das providências determinadas, podendo a Seres, se necessário, solicitar diligências e realizar verificação *in loco*.

§ 1º Não será deferido novo prazo para saneamento no curso do processo administrativo de supervisão.

§ 2º Esgotado o prazo determinado e comprovado o saneamento, a Seres concluirá o processo.

Seção IV

Do procedimento sancionador

Art. 72. O procedimento sancionador será instaurado por ato da Seres, a partir do procedimento preparatório ou na hipótese de não cumprimento das providências determinadas para o saneamento das deficiências pela instituição e das demais situações previstas na legislação educacional.

Parágrafo único. A instituição será notificada da instauração do procedimento administrativo sancionador e da possibilidade de apresentação de defesa, no prazo de quinze dias.

Art. 73. Serão consideradas irregularidades administrativas, passíveis de aplicação de penalidades, nos termos deste Decreto, as seguintes condutas:

- I - oferta de educação superior sem o devido ato autorizativo;
- II - oferta de educação superior em desconformidade com os atos autorizativos da IES;
- III - a ausência ou a interrupção da oferta efetiva de aulas pelo prazo superior a vinte e quatro meses;
- IV - terceirização de atividade finalística educacional, sob quaisquer designações, na oferta de educação superior;
- V - convalidação ou aproveitamento irregular de estudos ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior, sob quaisquer denominações, para acesso à educação superior;
- VI - diplomação de estudantes cuja formação tenha ocorrido em desconformidade com a legislação educacional;
- VII - registro de diplomas, próprios ou expedidos por outras IES, sem observância às exigências legais que conferem regularidade aos cursos;
- VIII - prestação de informações falsas ao MEC e omissão ou distorção de dados fornecidos aos cadastros e sistemas oficiais da educação superior, especialmente o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC;
- IX - ausência de protocolo de pedido de credenciamento e de protocolo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso no prazo e na forma deste Decreto; e
- X - oferta de educação superior em desconformidade com as demais normas da legislação educacional.

Art. 74. Decorrido o prazo para manifestação da instituição, a Seres apreciará o conjunto de elementos do processo e decidirá:

- I – pelo arquivamento do processo, caso não confirmadas as deficiências ou irregularidades;
- II - pela aplicação das penalidades previstas na Lei nº 9.394, de 1996, especialmente:
 - a) desativação de cursos e habilitações;
 - b) intervenção;
 - c) suspensão temporária de prerrogativas da autonomia;
 - d) descredenciamento;
 - e) redução de vagas autorizadas;
 - f) suspensão temporária de novos ingressos;
 - g) suspensão temporária de oferta de cursos.

§ 1º As decisões de desativação de cursos e de descredenciamento da instituição implicarão, além da cessação imediata da admissão de novos estudantes, a adoção de providências com vistas à interrupção do funcionamento do curso ou da instituição, **nos termos da Seção XI do Capítulo II deste Decreto.**

§ 2º Quando for constatada a impossibilidade de transferência dos estudantes para outra instituição, ficam ressalvados os direitos dos estudantes matriculados à conclusão do curso, que será reconhecido para fins de expedição e registro dos diplomas.

§ 3º As decisões de suspensão de prerrogativas da autonomia, de novos ingressos e de oferta de cursos deverão prever o prazo e o alcance das medidas.

§ 4º A decisão de intervenção poderá implicar a nomeação de interventor pela Seres, que estabelecerá a duração e as condições da intervenção.

§ 5º A Seres poderá decidir, com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, pela comutação das penalidades previstas no **caput**, caso os elementos analisados assim o justifiquem, ou pela celebração de compromisso para ajustamento de conduta.

Art. 75. A mantenedora que, diretamente ou por uma de suas mantidas, tenha recebido penalidades de natureza institucional ficará impedida de protocolar novos processos de credenciamento pelo prazo de dois anos, a contar da data de publicação do ato que a penalizou, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. Os processos de credenciamento já protocolados nas situações previstas no **caput** serão arquivados pela Seres.

Art. 76. Da decisão do Secretário caberá recurso, no prazo de trinta dias, à Câmara de Educação Superior do CNE.

Parágrafo único. A decisão da Câmara de Educação Superior será submetida à homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 77. No caso de não cumprimento das penalidades aplicadas, o MEC poderá determinar novas penalidades ou instaurar novo processo administrativo de supervisão.

Seção V

Da oferta sem ato autorizativo

Art. 78. A oferta de curso superior sem o devido ato autorizativo, por instituição de educação superior credenciada, configura irregularidade administrativa, devendo o MEC, por meio da Seres, instaurar procedimento administrativo sancionador, nos termos deste Capítulo.

§ 1º Nos casos em que a instituição possua pedido de credenciamento em tramitação, será instaurado processo administrativo de supervisão de rito sumário, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

§ 2º Confirmada a irregularidade, a Seres arquivará todos os processos regulatórios protocolados pela instituição e sua mantenedora ficará impedida de protocolar novos processos de credenciamento pelo prazo de dois anos, a contar da publicação da decisão da Seres.

Art. 79. É vedada a oferta de educação superior por instituição não credenciada pelo Ministério da Educação, nos termos deste Decreto.

§ 1º A mantenedora que possua mantida credenciada e que ofereça educação superior por meio de instituição não credenciada está sujeita às disposições previstas no **art. 78**.

§ 2º A Seres, no caso previsto no **caput** e em outras situações que extrapolem as competências do Ministério da Educação, solicitará às instâncias responsáveis a averiguação dos fatos, a interrupção imediata das atividades irregulares da instituição e a responsabilização civil e penal dos seus representantes legais.

Art. 80. Os estudos realizados em curso ou instituição sem o devido ato autorizativo não são passíveis de convalidação por instituição devidamente credenciada.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO

Seção I Da avaliação

Art. 81. A avaliação no âmbito do SINAES ocorrerá nos termos da Lei nº 10.861, de 2004, e da legislação específica.

Parágrafo único. As avaliações de escolas de governo obedecerão ao disposto no **caput** e serão inseridas em sistema próprio.

Art. 82. O SINAES, a fim de cumprir seus objetivos e atender a suas finalidades constitucionais e legais, compreende os seguintes processos de avaliação:

I - avaliação interna das instituições de educação superior;

II - avaliação externa das instituições de educação superior;

III - avaliação dos cursos de graduação; e

IV - avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação por meio do ENADE.

Art. 83. A avaliação externa **in loco** é iniciada com a tramitação do processo da Seres para o Inep e concluída com a disponibilização do relatório de avaliação para manifestação da instituição e da Secretaria competente.

Parágrafo único. Após o pagamento da taxa de avaliação complementar prevista na Lei nº 10.861, de 2004, será aberto formulário eletrônico de avaliação, que deve ser preenchido pela instituição com as informações que guiarão o processo avaliativo e serão verificadas **in loco**.

Art. 84. A comissão de avaliação externa **in loco** atribuirá e justificará, para cada indicador, conceitos expressos em cinco níveis, cujos valores superiores a três indicam qualidade satisfatória.

§ 1º A avaliação externa **in loco** institucional considerará as dez dimensões avaliativas definidas pela Lei nº 10.861, de 2004, e resultará em Conceito Institucional - CI .

§ 2º A avaliação externa **in loco** do curso considerará as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as dimensões relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, e resultará em Conceito de Curso – CC.

Art. 85. As avaliações externas **in loco** serão realizadas por avaliadores capacitados em instrumentos específicos a serem designados pelo INEP.

Parágrafo único. A seleção, a capacitação, a recapacitação e a elaboração de critérios de permanência dos avaliadores nos bancos a administração do Banco de Avaliadores – BASis do Sinaes e do Banco de Avaliadores do sistema de escolas de governo serão realizadas pelo INEP.

Art. 86. A composição das comissões de avaliação poderá variar em função dos processos relacionados, considerando a duração da visita e o número de avaliadores, conforme regulamento a ser expedido pelo INEP.

Art. 87. A Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA é um órgão colegiado de acompanhamento dos processos periódicos de avaliação **in loco** realizadas no âmbito do SINAES e do sistema de escolas de governo.

Parágrafo único. A CTAA é a instância recursal dos processos avaliativos relacionados a relatórios de avaliação externa *in loco* e de denúncias contra avaliadores.

Seção II

Da avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação por meio do ENADE

Art. 88. Os exames e avaliações de estudantes ou egressos de cursos de graduação aferem o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e competências adquiridas em sua formação.

Art. 89. O ENADE será aplicado a estudantes de cada curso a ser avaliado de acordo com ciclo avaliativo trienal a ser definido pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. O perfil dos estudantes que obrigatoriamente realizarão o exame será estabelecido em regulamento a ser expedido pelo Inep.

Art. 90. Os instrumentos de avaliação do ENADE serão compostos a partir de Banco Nacional de Itens da Educação Superior - BNI-ES a ser mantido pelo INEP.

§ 1º O BNI-ES considerará aspectos o sigilo, a segurança, o ineditismo e a qualidade técnico-pedagógica das avaliações.

§ 2º Os itens serão propostos por docentes colaboradores selecionados mediante edital de chamada pública a ser realizado pelo INEP, com vistas à democratização e à representatividade regional do banco.

Art. 91. Os indicadores da educação superior serão calculados a partir das bases de dados do Inep e de outras que possam ser agregadas para subsidiar as políticas públicas de educação superior.

Parágrafo único. A definição, a metodologia de cálculo, o prazo e a forma de divulgação dos indicadores previstos no caput serão estabelecidos em regulamento a ser expedido pelo Inep, após aprovação da Conaes, nos termos da Lei nº 10.861, de 2004.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Das disposições finais

Art. 92. O Ministério da Educação poderá, a qualquer tempo e motivadamente, realizar ações de monitoramento, avaliação e supervisão de instituições, cursos e polos de educação a distância, observada a legislação vigente.

Art. 93. O Ministério da Educação poderá desenvolver ações articuladas com conselhos de profissões regulamentadas e com outros órgãos da administração pública para supervisão e monitoramento de políticas de regulação e supervisão da educação superior.

Art. 94. O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado visando à expansão da oferta de cursos de formação de profissionais do magistério para a educação básica, de cursos superiores de tecnologia, e de cursos em áreas estratégicas relacionadas aos processos de inovação tecnológica e à elevação de produtividade e competitividade da economia do País.

Art. 95. O exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional.

Parágrafo único. O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelo menos vinte horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, planejamento, gestão e avaliação.

Art. 96. Aprovados os estatutos das instituições federais de ensino superior pelas instâncias competentes do Ministério da Educação, eventuais alterações deverão ser aprovadas por seus respectivos órgãos colegiados superiores, observadas as regras gerais estabelecidas neste Decreto e nos demais normativos pertinentes, sendo vedada a criação de cargos ou funções administrativas.

Art. 97. As instituições comunitárias de ensino superior – ICES serão qualificadas nos termos da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Art. 98. Os estudantes que se transferirem para outra instituição de educação superior têm assegurado o aproveitamento dos estudos realizados de maneira regular, conforme normativos vigentes.

Art. 99. É vedada a oferta de cursos superiores presenciais em instalações de polo de educação a distância, bem como a oferta de cursos desta modalidade em locais que não estejam previstos nos termos da legislação vigente.

Art. 100. Os cursos a distância poderão aceitar transferência, aproveitamento de estudos e certificações totais ou parciais realizadas ou obtidas pelos estudantes em cursos presenciais, da mesma forma que os cursos presenciais em relação aos cursos a distância, conforme legislação em vigor.

Art. 101. Os diplomas de cursos de graduação serão emitidos pela instituição de educação superior que ofertou o curso e registrados por instituições com prerrogativa de autonomia, respeitada a previsão do **art. 28** e conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

§ 1º As universidades, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Centros Federais de Educação Tecnológica registrarão os diplomas expedidos por eles próprios e aqueles emitidos por faculdades.

§ 2º Os centros universitários poderão registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos.

Art. 102. É vedada a identificação da modalidade de ensino na emissão e registro de diplomas.

Art. 103. O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, elaborado pela Setec, servirá de referência nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia.

Parágrafo único. O Ministério da Educação definirá os procedimentos para atualização do Catálogo.

Art. 104. São classificadas como reservadas, pelo prazo de cinco anos, as informações relativas às mantenedoras e às instituições de educação superior privadas apresentadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, resguardadas as informações de caráter sigiloso definido em lei.

Parágrafo único. Caberá às instituições de educação superior a ampla divulgação de seus atos institucionais e de cursos, bem como dos documentos pedagógicos e de interesse dos estudantes a eles relativos, nos termos do art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996, e conforme regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Art. 105. As instituições de educação superior, independentemente do seu sistema de ensino, deverão manter seus dados atualizados junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC, mantido pelo Ministério da Educação, bem como prestar anualmente as informações pertinentes ao Censo da Educação Superior, nos termos do Decreto nº 6.425, de 04 de abril 2008.

Seção II

Das disposições transitórias

Art. 106. Os documentos que compõem o acervo acadêmico da IES na data de publicação deste Decreto deverão ser convertidos para o meio digital, utilizando-se métodos que garantam a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, nos termos da legislação cabível.

Parágrafo único. O prazo e as condições para que as IES e suas mantenedoras convertam seus acervos acadêmicos para o meio digital, bem como os prazos de guarda e de manutenção dos acervos físicos, serão definidos em regulamento a ser expedido pelo Ministério da Educação.

Art. 107. As instituições de educação superior criadas pelo Poder Público Estadual, Municipal ou do Distrito Federal mas desvinculadas após a Constituição Federal de 1988, sendo atualmente mantidas pela iniciativa privada, deverão migrar para o sistema federal de ensino mediante edital de migração específico do Ministério da Educação.

Art. 108. Os processos iniciados antes da entrada em vigor deste Decreto obedecerão às disposições processuais nele contidas, aproveitando-se os atos já praticados.

Art. 109. Revogam-se o art. 15 do Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, e os Decretos nº 5773, de 09 de maio de 2006, nº 5.786, de 24 de maio de 2006, nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, nº 8.142, de 21 de novembro de 2013, nº 8.754, de 10 de maio de 2016.

Art. 110. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.